

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Companhia Transleste de Transmissão

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Transleste de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Transleste de Transmissão (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir a determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Mensuração do Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha registrado no seu balanço patrimonial o montante de R\$ 75.367 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e conseqüentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado; ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confronto com os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis; iii) confronto entre o saldo da depreciação reconhecida no exercício, com base nas vidas úteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) com os saldos contábeis; iv) avaliação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, sem modificação, com data de 13 de março de 2020.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 30 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

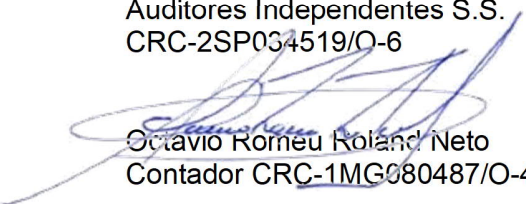
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC-1MG080487/O-4

Companhia Transleste de Transmissão

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	5.135	10.623
Investimentos Temporários	6.2	1.565	1.478
Concessionárias e Permissionárias	4	4.074	4.311
Serviços em Curso		585	526
Tributos Compensáveis		153	99
Outros Ativos Circulantes		1.010	602
Total do Ativo Circulante		12.522	17.639
Ativo Não Circulante			
Concessionárias e Permissionárias	4	408	386
Outros Ativos Não circulantes		14	14
Imobilizado	5	75.367	79.028
Intangível	5	362	385
Total do Ativo Não Circulante		76.151	79.813
Total do Ativo		88.673	97.452

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		143	120
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	17.981	16.393
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.705	1.684
Dividendos Declarados		-	144
Encargos Setoriais		1.949	1.748
Outros Passivos Circulantes		1.975	1.768
Total do Passivo Circulante		23.753	21.857
Passivo Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	38.544	56.349
Outros Passivos Circulantes		635	283
Total do Passivo Não Circulante		39.179	56.632
Patrimônio Líquido			
Capital Social	7.1	49.569	49.569
Dividendos adicionais propostos		6.936	432
Reserva de Lucros	7.2	(30.764)	(31.038)
Total do Patrimônio Líquido		25.741	18.963
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		88.673	97.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Operações em Continuidade			
Receita/Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão	8	44.095	41.674
Outras Receitas Vinculadas		167	155
(-) Parcela Variável		(145)	(29)
PIS-PASEP		(287)	(272)
Cofins		(1.323)	(1.254)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(408)	(388)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.147)	(1.087)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(176)	(167)
Receita Líquida/Ingresso Líquido		40.776	38.631
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	9	(1.744)	(1.707)
Material		(37)	(30)
Serviços de Terceiros		(2.309)	(2.386)
Arrendamento e Aluguéis		(292)	(270)
Seguros		(20)	(21)
Doações, Contribuições e Subvenções		(38)	(30)
Tributos		(12)	(11)
Depreciação e Amortização		(3.687)	(3.811)
Outras Despesas Operacionais		(13)	(49)
Resultado da Atividade		32.624	30.317
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(4.743)	(6.008)
Receitas financeiras		995	810
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		28.876	25.119
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.673)	(1.539)
Resultado Líquido do Exercício		27.203	23.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício	27.203	23.580
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultados abrangentes total do exercício	<u>27.303</u>	<u>23.580</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucro	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.569	(54.443)	14.023	-	9.149
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.580	23.580
Dividendos declarados	-	401	(14.023)	(144)	(13.766)
Reserva de Lucros	-	23.004	432	(23.436)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	49.569	(31.038)	432	-	18.963
Lucro líquido do exercício	-	-	-	27.203	27.203
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	(432)	-	(432)
Dividendos intermediários	-	-	-	(19.993)	(19.993)
Dividendos adicionais propostos	-	-	6.936	(6.936)	-
Reserva de Lucros	-	274	-	(274)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	49.569	(30.764)	6.936	-	25.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do Exercício		27.203	23.580
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Depreciação/Amortização		3.687	3.811
Imposto de Renda e Contribuição Social	10	1.673	1.539
Juros e encargos sobre empréstimos		4.476	5.796
Outros		(23)	(29)
		37.016	34.697
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários		215	(81)
Tributos Compensáveis		(54)	234
Outros		(467)	(434)
		(306)	(281)
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		138	189
Fornecedores		23	(8)
Salários e Encargos sociais		44	80
Tributos e Contribuição social		(1.448)	(2.510)
Outros		309	(415)
		(934)	(2.664)
Encargos de Dívidas Pagos		(4.544)	(5.875)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		31.232	25.877
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado e Intangível		(2)	(3)
Caixa líquido das atividades de investimento		(2)	(3)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures pagos		(16.149)	(16.151)
Dividendos pagos		(20.569)	(18.826)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(36.718)	(34.977)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(5.488)	(9.103)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		10.623	19.726
No fim do exercício		5.135	10.623
		(5.488)	(9.103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia Transleste de Transmissão está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 3, para melhor entendimento do leitor.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota nº 2, exceto:

Ativos financeiros: ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos temporários são classificados como “valor justo por meio do resultado”. Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Imobilizado em serviço: registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

Imobilizado em curso: os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Intangível: registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Passivos financeiros: todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida: ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

Tributação

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Reconhecimento da receita: a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

Receita anual permitida (RAP): a receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Receita de juros: a receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Concessionárias e permissionárias

Composição das contas a receber

Descrição	Valore Correntes							Total 2019	Total 2018
	Corrente a vencer		Corrente vencida				Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.947	-	30	7	91	407	-	4.482	4.697
Total (curto e longo prazo)	3.947	-	30	7	91	407	-	4.482	4.697

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Valor Bruto em	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em	Valor Líquido em
	31/12/2018				31/12/2019			31/12/2019	31/12/2018
Transmissão	123.928	-	-	-	123.928	-	(51.179)	72.749	76.376
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5.257	-	-	-	5.257	-	(2.711)	2.546	2.729
Máquinas e Equipamentos	118.635	-	-	-	118.635	-	(48.432)	70.203	73.647
Móveis e Utensílios	36	-	-	-	36	-	(36)	-	-
Administração	415	-	-	2	417	2	(296)	121	156
Máquinas e Equipamentos	220	-	-	-	220	-	(160)	60	87
Móveis e Utensílios	195	-	-	2	197	2	(136)	61	69
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Valor Bruto em	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em	Valor Líquido em
31/12/2018	31/12/2019				31/12/2019			31/12/2018	
Transmissão	2.497	-	-	-	2.497	-	-	2.497	2.497
Outros	2.497	-	-	-	2.497	-	-	2.497	2.497
Administração	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	2	-	(2)	-	-	-	-	-
Subtotal	2.497	2	-	(2)	2.497	-	-	2.497	2.497
Total do Ativo Imobilizado	126.842	2	-	(2)	126.842	2	(51.475)	75.367	79.028

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Imobilizado e intangível--Continuação

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	189	-	-	-	189	-	-	189	189
Servidões	189	-	-	-	189	-	-	189	189
Administração	699	-	-	-	699	-	(699)	-	24
Softwares	699	-	-	-	699	-	(699)	-	24
Subtotal	888	-	-	-	888	-	(699)	189	213
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	173	-	-	-	173	-	-	173	173
Servidões	173	-	-	-	173	-	-	173	173
Subtotal	173	-	-	-	173	-	-	173	173
Total do Ativo Intangível	1.061	-	-	-	1.061	-	(699)	362	385

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Imobilizado e intangível--Continuação

As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019		2018	
		Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		123.928	(51.179)	72.749	76.376
Custo Histórico	2,93%	123.928	(51.179)	72.749	76.376
Administração		417	(296)	121	156
Custo Histórico	9,03%	417	(296)	121	156
		124.345	(51.475)	72.870	76.532
Em Curso					
Transmissão		2.497	-	2.497	2.497
		2.497	-	2.497	2.497
		126.842	(51.475)	75.367	79.028

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 474 de 2012 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Imobilizado e intangível--Continuação

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Empréstimos, financiamentos e debêntures

6.1. Abertura do endividamento

Instituição/linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data captação /repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de amortiz.	Sistemática amortização
Financ./Emprést. Moeda Nacional	177	17.804	38.544	56.525											
BNB FNE	21	750	3.179	3.950	Sim	mar/05	Aval/Fiança	Não há	9,50%	11/01/2020	Mensal	11/01/2020	11/07/2025	Mensal	SAC
BDMG FNE	68	2.461	10.255	12.784	Sim	mar/05	Aval/Fiança	Não há	10,00%	10/01/2020	Mensal	10/01/2020	10/07/2025	Mensal	SAC
DEBENTURES - 1ª EMISSÃO	71	9.845	-	9.916	Sim	ago/14	Subord./ Quirog	CDI	109,75%	07/02/2020	Trimestral	07/02/2020	07/08/2020	Trimestral	SAC
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	17	4.748	25.110	29.875	Sim	set/17	Subord./ Quirog	CDI	107,75%	26/01/2020	Mensal	26/09/2020	26/09/2022	Mensal	SAC
Total por Dívida	177	17.804	38.544	56.525											
Financ./Emprést. Moeda Nacional	177	17.804	38.544	56.525											

Instituição/linha credora	Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo					
	2021	2022	2023	2024	2025+	Total
Financ./Emprést. Moeda Nacional	17.567	13.970	3.238	3.183	586	38.544
BNB FNE	757	747	777	722	176	3.179
BDMG FNE	2.461	2.461	2.461	2.461	411	10.255
DEBÊNTURES - 1ª EMISSÃO	-	-	-	-	-	-
DEBÊNTURES - 2ª EMISSÃO	14.349	10.761	-	-	-	25.110

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

6.2. Abertura dos ativos financeiros

Instituição/linha devedora	Principal curto prazo	Saldo Total
Ativos Financeiros	6.700	6.700
Caixa e Aplicações Financeiras	6.700	6.700
Saldo Final de Caixa	2.476	2.476
Aplic. Financ. Fundos DI	2.659	2.659
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	1.565	1.565

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

O capital social até 31 de dezembro de 2019 é de R\$49.569 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionista	% Do capital		
	Ordinárias	Votante	Total
Transminas Holding S/A	20.323.290	41%	41%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	24.288.810	49%	49%
EATE	4.956.900	10%	10%
Total	49.569.000	100%	100%

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Patrimônio líquido--Continuação

7.2. Reserva de lucros

Reserva de lucros	31/12/2019	31/12/2018
Reserva legal (a)	9.914	9.914
Outras	(40.678)	(40.520)
	(30.764)	(30.606)

(a) A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

8. Receita operacional bruta

Receita bruta	31/12/2019	31/12/2018
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	44.095	41.674
Total	44.095	41.674

9. Pessoal e administradores

Pessoal de administradores	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(1.141)	(1.129)
Remuneração	(649)	(658)
Encargos	(220)	(227)
Previdência privada	(16)	(15)
Assistência médica	(111)	(98)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(99)	(91)
Outros	(46)	(40)
Administradores	(603)	(578)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(463)	(445)
Benefícios dos administradores	(140)	(133)
Total	(1.744)	(1.707)

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é enquadrada no regime tributário do lucro presumido, o qual é apurado trimestralmente sobre as receitas a CSLL - Contribuição social e o IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica. Os impostos são obtidos por meio da aplicação de alíquotas de presunção sobre as receitas, conforme abaixo:

Natureza	Alíquota de presunção - IRPJ	Alíquota de presunção - CSLL
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	8%	12%

Utilizando-se as alíquotas de presunção acima descritas, se obtém as bases de cálculo do imposto, sobre qual incidem o IRPJ com alíquota de 15% e a CSLL com alíquota de 9%. A parcela da base de cálculo que exceder ao valor resultante depois da redução de R\$ 240.000,00 no ano, sujeitará à incidência de adicional do imposto à alíquota de 10% (dez por cento).

11. Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

	Notas	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	5.135	-	5.135	10.623	-	10.623
Investimentos Temporários	6.2	1.565	-	1.565	1.478	-	1.478
Concessionárias e Permissionárias	4	4.074	-	4.074	4.311	-	4.311
Serviços em Curso		585	-	585	526	-	526
Tributos Compensáveis		153	-	153	99	-	99
Almoxarifado Operacional			75	75	-	75	75
Ativos Contratuais		-	38.770	38.770	-	35.880	35.880
Despesas Pagas Antecipadamente		1	-	1	1	-	1
Outros Ativos Circulantes		1.009	-	1.009	601	-	601
Ativo Não Circulante							
Concessionárias e Permissionárias	4	408	-	408	386	-	386
Ativos Contratuais		-	88.590	88.590	-	96.070	96.070
Outros Ativos Não Circulantes		14	-	14	14	-	14
Imobilizado	5	75.367	(75.246)	121	79.028	(78.872)	156
Intangível	5	362	(362)	-	385	(362)	23
Total do Ativo		88.673	51.827	140.500	97.452	52.791	150.243
Passivo							
Passivo Circulante							
Fornecedores		143	-	143	120	-	120
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	17.981	-	17.981	16.393	-	16.393
Obrigações Sociais, tributárias e Trabalhistas		1.705	1.442	3.147	1.684	1.375	3.059
Dividendos Declarados		-	-	-	144	-	144
Encargos Setoriais		1.949	1.185	3.134	1.748	1.333	3.081
Outros Passivos Circulantes		1.975	(743)	1.232	1.768	(579)	1.189
Passivo Não Circulante							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	38.544	-	38.544	56.349	-	56.349
Tributos Diferidos		-	7.222	7.222	-	7.333	7.333
Passivos Regulatórios diferidos		635	2.042	2.677	-	2.659	2.659
Outros Passivos Não Circulantes		-	-	-	283	(283)	-
Total do Passivo		62.932	11.148	74.080	78.489	11.838	90.327
Patrimônio Líquido							
Capital Social	7.1	49.569	-	49.569	49.569	-	49.569
Dividendos adicionais propostos		6.936	-	6.936	432	-	432
Reservas de Lucros	7.2	(30.764)	40.679	9.915	(31.038)	40.953	9.915
Total do Patrimônio Líquido		25.741	40.679	66.420	18.963	40.953	59.916
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		88.673	51.827	140.500	97.452	52.791	150.243

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

Notas	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita/Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	44.095	(44.095)	-	41.674	(41.674)	-
Outras Receitas Vinculadas	167	-	167	155	-	155
Receita de Operação e Manutenção, Remuneração dos Ativos de Concessão e de Implantação de Infraestrutura	-	39.774	39.774	-	34.632	34.632
(-) Parcela Variável	(145)	-	(145)	(29)	-	(29)
Tributos						
PIS-PASEP	(287)	28	(259)	(272)	46	(226)
Cofins	(1.323)	130	(1.193)	(1.254)	211	(1.043)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(408)	-	(408)	(388)	-	(388)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.147)	112	(1.035)	(1.087)	183	(904)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(176)	17	(159)	(167)	28	(139)
Receita Líquida/Ingresso Líquido	40.776	(4.034)	36.742	38.632	(6.574)	32.058
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis						
	40.776	(4.034)	36.742	38.632	(6.574)	32.058
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	9 (1.744)	-	(1.744)	(1.707)	-	(1.707)
Material	(37)	-	(37)	(30)	41	11
Serviços de Terceiros	(2.309)	-	(2.309)	(2.386)	-	(2.386)
Arrendamento e Aluguéis	(292)	-	(292)	(270)	-	(270)
Seguros	(20)	-	(20)	(21)	-	(21)
Doações, Contribuições e Subvenções	(38)	-	(38)	(30)	-	(30)
Tributos	(12)	-	(12)	(11)	-	(11)
Depreciação e Amortização	(3.687)	3.627	(60)	(3.811)	3.629	(182)
Outras Despesas Operacionais	(13)	-	(13)	(49)	-	(49)
Resultado da Atividade	32.624	(407)	32.217	30.317	(2.904)	27.413
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(4.743)	-	(4.743)	(6.008)	-	(6.008)
Receitas Financeiras	995	-	995	810	-	810
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	28.876	(407)	28.469	25.119	(2.904)	22.215
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10 (1.673)	133	(1.540)	(1.539)	218	(1.321)
Resultado Líquido do Exercício	27.203	(274)	26.929	23.580	(2.698)	20.804

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

12.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

12.1.1. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias) pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

12.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)--Continuação

12.1.1. Ativo contratual da concessão--Continuação

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, em torno de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrado na rubrica "Ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito à contraprestação ainda condicionada à satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

12.1.2. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

12.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)--Continuação

12.1.2. Reconhecimento da receita--Continuação

i) *Receita de implantação de infraestrutura*

Refere-se a serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo ao projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

ii) *Receitas de remuneração dos ativos da concessão*

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

iii) *Receitas de operação e manutenção*

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

12.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)--Continuação

12.1.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas de remuneração do ativo de concessão e de construção oriundos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) em 2018 (ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão em 2017), e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

13. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	66.420	59.916
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual (CPC 47)	(49.343)	(49.661)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	8.664	8.708
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>25.741</u>	<u>18.963</u>

14. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	26.929	20.894
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual (CPC47)	407	2.904
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(133)	(218)
Lucro líquido regulatório	<u>27.203</u>	<u>23.580</u>

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Eventos subsequentes

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, e visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Na data dessas demonstrações contábeis regulatórias não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e conseqüentemente resultar eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia.